



Relatório e Contas 2022

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE GERÊNCIA	3
PERFIL INSTITUCIONAL	4
ESTRUTURA ACCIONISTA.....	5
ÓRGÃOS SOCIAIS	5
CONSELHO DE GERÊNCIA.....	5
CONSELHO FISCAL.....	5
ECONOMIA MUNDIAL	6
ECONOMIA ANGOLANA.....	7
PERSPECTIVAS RMARCA 2023	7
ESTRUTURA INTERNA DA EMPRESA.....	8
OPERAÇÕES (CRÉDITO)	8
CAPITAL HUMANO	9
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO.....	10
2.2 NORMAS CONTABILÍSTICAS QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO	11
2.3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	11
2.3.1 CONVERSÃO DE SALDOS E TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	11
2.3.2 ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS.....	14
2.3.3 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS E CUSTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES.....	17
2.3.4 INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS.....	17
2.3.5 IMOBILizações CORPÓREAS	19
2.3.6 IMOBILizações INCORPÓREAS.....	20
2.3.7 PROVISões E PASSIVOS CONTINGENTES.....	20
2.3.8 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	20
2.3.9 IMPOSTOS SOBRE LUCROS	21
2.3.10 OUTROS IMPOSTOS	22
2.3.11. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	23
2.3.12. EVENTOS SUBSEQUENTES	23
2.3.13. RESERVAS LEGAIS, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	23
2.4 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	26
NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	28
3. DISPONIBILIDADES	28
9. CRÉDITO A CLIENTES	28
11. OUTROS VALORES.....	29
13. IMOBILizações	30
25. OUTRAS CAPTAÇÕES.....	31
26. OUTRAS OBRIGAÇÕES	31
29. CAPITAL PRÓPRIO.....	32

RESERVA LEGAL.....	33
MARGEM FINANCEIRA	34
33. PROVEITOS DE CRÉDITOS	34
40. CUSTOS DE OUTRAS CAPTAÇÕES	34
43. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	35
44. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	35
47. CUSTOS COM O PESSOAL.....	35
48. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS	35
49. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO	36
50. PENALIDADES APLICADAS POR AUTORIDADES REGULADORAS.....	36
55. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.....	36
60. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	37

Mensagem do Conselho de Gerência

O ano de 2022 foi desafiante para a nossa instituição, onde o nosso foco, cingiu-se no crescimento das nossas operações, através da diversificação e ofertas dos nossos produtos serviços aos clientes e na contínua melhoria dos nossos processos.

A economia angolana registou um crescimento e a Rmarca enquanto instituição financeira não bancária voltada ao microcrédito tem apoiado na diversificação da economia, procurando acompanhar essa dinâmica, não obstante a forte depreciação que a nossa moeda tem sofrido, obriga-nos a ser prudente na análise dos riscos inerentes das nossas operações de microcrédito, procurando sempre, mitigar. Apesar destas adversidades, conseguimos apresentar resultados que nos levam a perspectivar bons resultados.

Queremos desde já desejar um especial agradecimento aos nossos accionistas pela confiança depositada, a equipa de gestão, aos nossos colaboradores pelo desempenho diário, e os demais parceiros, que em 2023 possamos trilhar juntos para novos horizontes.

PERFIL INSTITUCIONAL

A RMARCA – SOCIEDADE DE MICROCRÉDITO, LDA., é uma Instituição Financeira Não-Bancária, cujo objecto social consiste no exercício da actividade de microcrédito, autorização concedida pelo Banco Nacional de Angola, Registo Nº 316, de 26 de outubro de 2017. A sociedade apresenta-se sob a denominação ou marca “CREDIANGOLAR”, com sede na Estrada da Samba, Nº 460, Edifício LGT.

Missão

Promover o sucesso de nossos clientes com propostas de microcréditos diferenciados e sem burocracia, atendendo pessoas físicas e jurídicas com o foco ao empreendedorismo em todo território nacional, preocupando-nos com o crescimento e a diversificação da nossa economia responsabilidade social em nossas actividades.

Visão

Ser uma das principais sociedades de microcrédito do mercado, promotor de soluções financeiras altamente especializadas e desburocratizadas para o segmento de micro e pequenos empreendedores, pessoas físicas e jurídicas.

Valores

Assentamos os nossos valores em quatro pilares:

Ético- actuar sempre de forma transparente e responsável, tanto nos negócios como no comportamento;

Boa ambição – crescer de forma sustentável e responsável

Relacionamento transparente e duradouro- ter compromisso, lealdade e parceria com os nossos clientes e colaboradores.

Desenvolvimento de talentos- estimular e qualificar o talento de cada colaborador para que sejam capazes de desenvolver novos segmentos de negócios e acelerar nosso crescimento.

Sustentabilidade - priorizando negócios e ferramentas que economizem recursos naturais na concessão de microcrédito, na prestação de serviços e na contratação de bens e serviços.

Estrutura Accionista

A estrutura societária é composta por dois sócios, com um Capital Social de 52.500.000,00, divididos:

Estrutura Accionista	Percentual
João Mauro Troso Luís	50%
Euclides Emanuel Miguel Luís	50%

Órgãos sociais

Em observância às disposições regulamentares, Aviso Nº 1/2013 de 19 de abril do Banco Nacional de Angola, sobre Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno, a Rmarca implementou um modelo de governação corporativa e sistema de controlo interno que melhor se adequa a sua dimensão, estrutura, aos processos organizativos de gestão corrente e de risco da sociedade.

Conselho de Gerência

Composição do conselho de gerência no ano de 2022

Órgãos Sociais	Funções
João Mauro Troso Luís	Gestor Séniior
Nuno Miguel dos Santos Correia	Coordenador

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal	Função
Euclides Emanuel Miguel Luís	Fiscal Único

Economia Mundial

De acordo com o relatório anual do banco central europeu, as perspectivas de inflação mudaram abruptamente quando dois tipos de choque atingiram ao mesmo tempo , no mercado europeu sofreu uma série, sem precedentes, de choques negativos do lado da oferta , que foi motivado por perturbações das cadeias de abastecimento decorrentes da pandemia e pela invasão da Rússia a Ucrânia e a subsequente crise energética. Como resultados os custos dos factores de produção aumentaram razoavelmente para todos os sectores da economia. Segundo verificou-se um choque positivo do lado da procura desencadeado pela reabertura da economia após a pandemia, o que permitiu às empresas reflectirem os custos crescentes nos preços de forma muito mais rápida e forte que no passado.

Na região da África Subsariana foi subitamente interrompida, tendo registado um crescimento do PIB em 2021, aumentado para 4,7%, porém estima-se que este crescimento poderá abrandar em 2022, situando-se num percentual de 3,6% de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional, de acordo com esta instituição , as perspectivas a curto prazo são incertas, onde destaca-se a os desafios de muitas nações da região Subsariana enfrentam conjunturas a nível sociopolítico e de segurança.

Os 4 objectivos que devem ser prioritários segundo o FMI são:

- Abordagem da insegurança alimentar
- Gerir mudanças nas políticas monetárias
- Consolidar as finanças públicas num contexto de condições financeiras mais restritivas
- Lançamento de bases para um crescimento sustentável e mais ecológico.

Economia angolana

A economia angolana em 2022, registou um crescimento de 3% face ao ano de 2021 de acordo com os dados oficiais divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a nível global deparou-se com o conflito militar da Ucrânia-Russia, o que motivou o aumento do preço do petróleo gerando benefícios para a nossa economia.

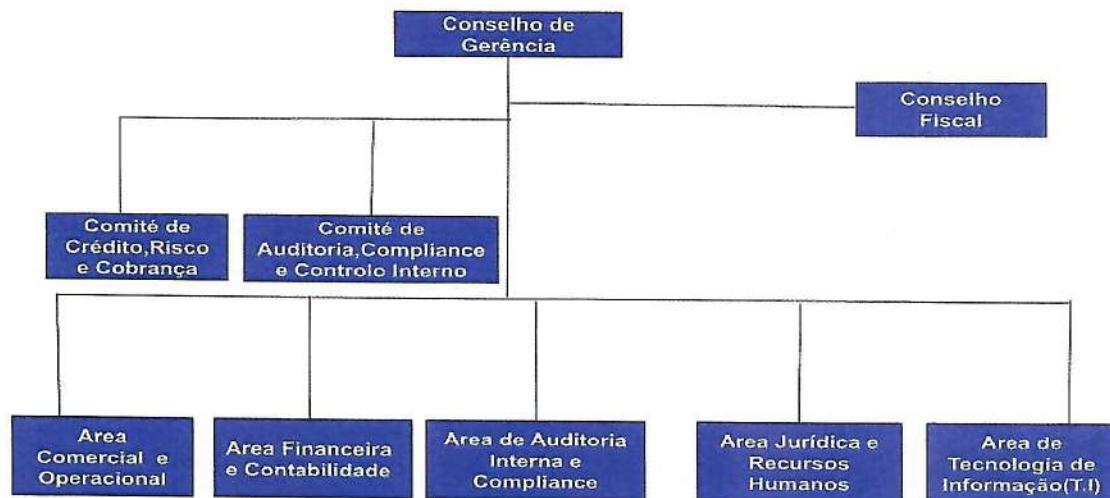
O Banco Mundial estima que devido a diminuição da produção petrolífera e o reduzido impulso fiscal, espera-se que o crescimento seja moderado em 2,6% para o ano de 2023, caindo novamente abaixo do crescimento populacional (3,1%). Espera-se que o crescimento da economia não petrolífera, especialmente na agricultura, construção e serviços se mantenha robusto, com um crescimento anual do PIB não petrolífero superior a 4%. Enquanto a taxa de pobreza deverá continuar a diminuir marginalmente, devido ao rápido crescimento da população, o número de pobres ultrapassará os 11,7 milhões.

Perspectivas Rmarca 2023

A Rmarca enquanto instituição financeira não bancária definiu para 2023 os seguintes objectivos:

1. Inauguração da nova Sede
2. Estabelecimento de novas parcerias

Estrutura Interna da empresa



Operações (Crédito)

O volume da carteira de crédito em Registou um aumento em relação ao período de 2021 com uma variação de AOA 347.125.596,08 (Trezentos e quarenta e sete milhões, cento e vinte cinco mil, quinhentos e noventa e seis kwanzas e oito céntimos). O aumento deste volume de crédito, foi impulsionado pelo aumento do número de concessões e o estabelecimento de parcerias, que contribuiu para este bom desempenho.

Descrição	Período de Análise		Variação Valor
	2022	2021	
Capital Recebido	267 453 336,00	71 057 184,00	196 396 152,00
Juros Recebido	207 043 560,34	60 821 324,00	146 222 236,34
Juros de Mora			0,00
Crédito Vencido	12 179 832,74	7 672 625,00	4 507 207,74
Volume de Crédito Concedido	486 676 729,08	139 551 133,00	347 125 596,08

Abaixo o quadro sobre a carteira de clientes

Ano	Carteira de Clientes
2022	250
2021	32



Capital Humano

Em 2022, o conselho de gestão reforçou o quadro de colaboradores, por forma a compensar as saídas de colaboradores e atender o crescimento em função das operações.

A composição dos quadros da instituição por género em 2022 foi:

Nº de Colaboradores	2022	2021
Masculino	4	4
Feminino	6	2
Total	10	6

Houve um aumento acima dos 60 % a nível dos colaboradores, sendo que o género feminino registou um aumento significativo entre o período de 2021 e 2022.

Demonstrações Financeiras

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

Nos termos do Aviso n.º 08/2011, de 30 de Março, que estabelece os requisitos de funcionamento das sociedades de microcréditos, combinada com o do Aviso N.º 06/2019, de 26 de Agosto, que estabelece a actualização do montante máximo dos empréstimos que podem ser concedidos pelas sociedades de microcréditos e o Instrutivo nº 15/2019, de

6 de Setembro, que aprova o Plano de Contas das Instituições Financeiras não Bancárias (PCIFNB's), as demonstrações financeiras individuais da RMARCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceites (PCGA), das Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e com base nos livros e registos mantidos pela sociedade. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade individual da sociedade a 31 de Dezembro de 2022 e foram elaboradas para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas individuais definidos pelo BNA

As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

Nas presentes demonstrações financeiras não foram registadas alterações nos critérios de valorimetria e métodos de cálculo utilizados.

As demonstrações financeiras da RMARCA relativas ao exercício de 31 de Dezembro de 2022 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Gerência entende que as mesmas deverão ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 NORMAS CONTABILÍSTICAS QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

Durante o exercício de 2022 não foram verificadas, normas relevantes que entraram em vigor com impacto relevante na actividade da empresa.

2.3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.3.1 Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais da RMARCA encontram-se expressas em Kwanzas Angolanos, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo BNA naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os câmbios do Kwanza Angolano (AOA) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

Moeda	Dez 2022	Dez 2021
1 USD	503,662	553,256
1EUR	537,654	626,508

Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são contabilizadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos monetários determinados em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas Angolanos à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola a cada data de balanço.

Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor à data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do período, com excepção das originadas pelos instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que são reflectidos numa rubrica específica de resultado integral até à sua alienação.

2.3.2 Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Instrumentos financeiros (IFRS 9)

a) Activos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço da RMARCA na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custo de transacção directamente atribuíveis a aquisição ou emissão, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

No momento do seu reconhecimento inicial, os activos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Investimentos ao custo amortizado;
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação dos activos financeiros nas categorias anteriores é efectuada considerando simultaneamente os dois elementos seguintes:

- as características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro; e
- o modelo de negócio que a RMARCA definiu para a gestão do activo financeiro.

b) Crédito a clientes

Valorimetria

O crédito concedido a clientes, corresponde a activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados no mercado activo, cuja intenção não é a venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante de crédito é desembolsado ao cliente.

O crédito a clientes é reconhecido no momento inicial ao justo valor, acrescido dos custos da transacção.

O crédito é despreconhecido do balanço (abatido ao activo) quando (i) os créditos contratuais da sociedade relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram; (ii) a sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante a RMARCA ter retirado parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

Classificação e provisão dos créditos

As sociedades de Microcrédito, devem classificar os créditos concedidos e as garantias prestadas, criando as respectivas provisões em função do nível risco assumido, conforme a tabela abaixo:

Risco	Nível	Provisão
Nulo (vencido de 0 a 7 dias)	A	0%
Muito Reduzido (Vencido de 8 a 15 dias)	B	1%
Reduzido (vencido de 5 a 30 dias)	C	3%
Moderado (vencido de 30 a 45 dias)	D	10%
Elevado (Vencido de 45 a 75 dias)	E	20%
Muito Elevado (vencido de 75 a 90 dias)	F	50%
Perda (vencido a mais de 90 dias)	G	100%

A RMARCA considera como exposições individualmente significativas as seguintes:

- ④ Exposição superior a 0,5% dos Fundos Próprios
- ④ Top 20 de Particulares, em termos de exposição

Garantias prestadas e créditos documentários à importação

As responsabilidades por garantias prestadas e créditos documentários à importação são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações. Estas operações são sujeitas a testes de imparidade.

c) Títulos de dívida

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e as indexadas ao Índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação dos respectivos indexantes. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica "Resultados cambiais".

2.3.3 Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração dos instrumentos financeiros são registados na demonstração de resultados pelo método da taxa efectiva. O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

2.3.4 Investimentos em filiais e associadas

Durante o exercício de 2022 a RMARCA não detinha filiais e por esta via não foi necessário fazer qualquer cálculo pelo método de custo de aquisição deduzido das perdas por imparidade.

Regra geral, as filiais são entidades controladas pelas empresas mãe. A RMARCA poderá controlar uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais A RMARCA tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

A RMARCA exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso A RMARCA detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que A RMARCA não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte da RMARCA é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- i) Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- ii) Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- iii) Transacções materiais entre a RMARCA e a participada;
- iv) Intercâmbio de pessoal de gestão;
- v) Fornecimento de informação técnica essencial.

A RMARCA a data de 31 de Dezembro de 2022, não dispõe de participações sociais, logo não foi realizado a análises de imparidade nas participadas cujos eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo as perdas por imparidade reconhecidas por contrapartida da rubrica "Resultados de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos".

O *goodwill* corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas adquiridas. É registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a IAS 36 – "Imparidade de activos", não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

2.3.5 Imobilizações Corpóreas

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Conforme seguidamente discriminados:

Imobilizado Corpóreo	Anos de Vida Útil
Imóveis	50
Obras em edifícios arrendados	3 a 7
Mobiliário e material	6 a 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	3
Equipamento de segurança	3 a 10
Os terrenos não são objecto de amortização	N/A

* N/A- não aplicável

As amortizações são registadas em custos do exercício na rubrica de "Depreciações e amortizações do exercício".

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável (maior entre o valor de uso e o justo valor) é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na rubrica "Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto nos resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável líquido.

2.3.6 Imobilizações incorpóreas

Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados na actividade da RMARCA. Estes activos são registados ao custo, deduzidos de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

2.3.7 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.3.8 Benefícios dos empregados

A Lei n.º 07/04, de 15 de Outubro que revogou a Lei n.º 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

2.3.9 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Imposto industrial

A RMARCA encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A 1 de Janeiro de 2015, entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, o qual determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC) são dedutíveis para efeitos de determinação do lucro tributável, não consubstanciando os custos com este imposto um custo aceite fiscalmente.

O Imposto Industrial é calculado à taxa nominal de 30%, com base no lucro tributável do exercício, podendo este ser diferente do resultado contabilístico devido a ajustamentos nos termos do Código do Imposto Industrial, bem como do IAC.

O Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória, a efectuar até ao final do mês de Agosto de cada ano, sendo o imposto a entregar calculado com base em 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a IAC. O excesso de liquidações provisórias de Imposto Industrial, comprovadamente efectuadas e entregues em exercícios anteriores (até ao limite do prazo de caducidade de cinco anos previsto no Código Geral Tributário), podem ser deduzidas ao valor da liquidação provisória a efectuar no exercício.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

De acordo com o Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, A RMARCA procede à retenção na fonte de IAC, à taxa de 10%, sobre os juros de depósitos a prazo pagos a clientes. Este Decreto veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras da RMARCA. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de

participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública.

Por último, importa referir que, nos termos do Artigo 18.º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os proveitos ou ganhos sujeitos a IAC, conforme o disposto no Artigo 47.º do Código do Imposto Industrial.

2.3.10 Outros Impostos

A RMARCA está igualmente sujeita a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

Substituição Tributária

No âmbito da sua actividade, A RMARCA assume a figura de substituto tributário, efectuando retenção na fonte dos impostos relativos a terceiros, os quais entrega posteriormente ao Estado.

Imposto Predial Urbano (IPU)

De acordo com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/11, de 21 de Abril, ao Código do Imposto Predial Urbano ("IPU"), sobre as rendas auferidas de imóveis arrendados incide IPU, à taxa efectiva de 15%.

Adicionalmente, nos termos do Artigo n.º 18 do Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IPU, bem como os custos de conservação e reparação de imóveis arrendados, considerados como custos no apuramento do IPU.

Em face da redacção introduzida pela Lei n.º 18/11, de 21 de Abril, foi revogada a isenção anteriormente prevista no Código do IPU, passando a incidir IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal da RMARCA (cujo valor patrimonial tributário seja superior a 5 000 mAOA).

2.3.11. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o RMARCA considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", excluindo "Relações com correspondentes", "Compensações de cheques e outros papéis" e "Outras operações pendentes de liquidação".

2.3.12. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam aquela data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.3.13. Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, A RMARCA deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do lucro líquido do exercício anterior. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de actualização monetária

De acordo com a IAS 29 – "Relato financeiro em economias hiperinflacionárias" as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço.

A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

Em caso de existência de hiperinflacção todos os activos e passivos não monetários devem ser reexpressos, tendo por base a evolução do índice de preços do consumidor entre a data em que esses activos e passivos foram adquiridos/gerados e a data de relato. Não é necessária qualquer reexpressão com base na variação do índice, para os activos não monetários que já estão expressos em unidades monetárias correntes na data de relato (activos mensurados pelo modelo do justo valor).

Os componentes do capital próprio são reexpressos tendo por base a evolução do índice entre o início do período ou a data em que foram gerados (o que ocorrer mais tarde) e a data de relato.

Por outro lado (i) os ajustamentos de reexpressão de activos não correntes não podem resultar em quantias escrituradas desses activos superiores às suas quantias recuperáveis; (ii) estas reexpressões resultam em diferenças temporárias, as quais devem ser tratadas de acordo com o disposto na IAS 12; (iii) os rendimentos e gastos devem ser reexpressos tendo por base a evolução do índice entre a data das correspondentes transacções e a data de relato (devendo ser efectuada atendendo à natureza do rendimento / gasto em concreto); e (iv) o efeito acumulado líquido das reexpressões das várias rubricas do balanço e de resultados é reconhecido como um rendimento ou gasto na demonstração do resultado integral.

2.4 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Determinação das perdas por imparidade de valores do activo (nomeadamente na carteira de crédito e títulos);
- Valorização de instrumentos não transaccionados em mercados activos;
- Vidas úteis dos activos intangíveis e tangíveis;
- Análises de imparidade de outros activos tangíveis e intangíveis;
- Registo de provisões;
- Responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica;
- Determinação do justo valor;
- Impostos sobre os lucros;
- Continuidade das operações.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”.

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro 2021.

RMARCA - SOCIEDADE MICROCRÉDITO, LDA
BALANÇOS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Kwanzas)

Activo	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Disponibilidades	3	49 771 041	14 554 479
Créditos	9	245 622 780	35 196 463
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	9	(7 478 539)	-4 962 425
Outros Valores	11	60 523 081	18 418 653
Imobilizações Corpóreas	13	589 415	4 442 849
Imobilizações Incorpóreas	13	1 108 760	3 581 135
	Total do activo	350 136 538	71 231 154
Passivo e capital próprio			
Outras Captações	25	58 256 648	55 000 000
Outras Obrigações	26	255 284 721	70 825 442
Provisões para Responsabilidades Prováveis	27	-	0
Provisões Técnicas	28	-	0
	Total do passivo	313 541 369	125 825 442
Interesses Minoritários			
Capital Social	29	145 000 000	52 500 000
Reservas e Fundos	29	9 048 635	9 048 635
Resultados Potenciais	29	-	0
Resultados Transitados	29	(116 142 923)	-92 345 282
Resultado líquido individual do exercício	29	(1 310 545)	-23 797 641
	Total do capital próprio	36 595 167	-54 594 288
	Total do passivo e do capital próprio	350 136 538	71 231 154

João Mauro Troso Luís

(O Conselho de Gerência)

Segcontas Consultores e Auditores, Lda

(O Contabilista)

(Membro da OGICA nº F20170046)



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro 2021

R MARCA - SOCIEDADE MICROCRÉDITO, LDA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em Kwanzas)

Demonstrações dos Resultados		Notas	31-12-2022	31-12-2021
I	Margem Financeira (II+III)		43 793 872	12 558 318
II	Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)		50 343 687	15 797 170
4	Proveitos de Crédito	33	50 343 687	15 797 170
III	(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7+8+9)		-6 549 815	-3 238 852
9	Custos de Outras Captações	40	(6 549 815)	(3 238 852)
VII	Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	43	4 388 283	485 697
VII	(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	44	(2 516 116)	(4 820 758)
VIII	Resultado de Plano de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	45	-	-
IX	RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (I+IV+V+VI+VII+VIII)		45 666 039	8 223 257
X	RESULTADOS COM MERCADORIAS, PRODUTOS E OUTROS SERVIÇOS	46	-	-
XI	(-) Custos Administrativos e de Comercialização (10+11+12+13+14+15+16+17+19)			
10	Pessoal		(43 936 335)	(31 839 709)
11	Fornecimento de Terceiros	47	(23 610 558)	(9 375 432)
12	Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado	48	(12 250 434)	(13 760 517)
13	Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras	49	(243 871)	(29 589)
16	Outros custos administrativos e de Comercialização	50	(496 500)	(1 511 837)
17	Provisões específicas para Perdas com Inventários Comerciais e Industriais	53	(903 114)	-
18	Depreciações e Amortizações	54	-	-
XIV	Outros Proveitos e Custos Operacionais	55	(6 431 858)	(7 162 334)
XV	OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (XI+XII+XIII+XIV)	59	(34 328)	
XVII	RESULTADO OPERACIONAL (IX+X+XV+XVI)		(43 970 663)	(31 839 709)
XVIII	RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1 695 376	(23 616 452)
XIX	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS (XVII+XVIII)		(3 005 921)	(49 700)
XX	(-) ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE		(1 310 545)	(23 666 152)
XXI	RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO (XIX+XX)			
XXII	(-) PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		(1 310 545)	(23 666 152)
XIII	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (XXI+XXII)		(1 310 545)	(23 666 152)

João Mauro Troso Luís
(O Conselho de Gerência)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

Segcontas Consultores e Auditores, Lda
(O Contabilista)

(Membro da OCPA - n° E20170046)

SEGCONTAS - CONSULTORES & AUDITORES, Lda
Contribuinte nº: 5417027014
Telef.: 222 010 721 / Fax: 222 010 716
A Gerência

Notas as Demonstrações Financeiras

3. DISPONIBILIDADES

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Caixa		
Notas e moeda nacionais	5 276	5 276
	5 276	5 276
Depósitos à ordem em outras instituições financeiras bancárias (IFB's)		
Em moeda nacional	49 765 765	14 764 419
Em outras divisas	-	-
	49 765 765	14 764 419
	49 771 041	14 769 695

Os depósitos à ordem nas Instituições Financeiras Bancárias em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas para o exercício da actividade normal da empresa.

9. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição por tipologia de produto:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Crédito Interno		
- Empréstimos	-	-
- Créditos em conta corrente	-	-
- Outros créditos	-	-
Adiantamentos a Depositantes	-	-
Repasses de Recursos	-	-
Financiamentos de Cartões de Crédito	-	-
Financiamentos de Automóveis	-	-
Financiamentos Imobiliários Residenciais	-	-
Financiamentos Imobiliários Comerciais e Industriais	-	-
Financiamentos Rurais	-	-
Microcrédito	245 622 780	34 940 213
Outros Financiamentos	-	-
	245 622 780	34 940 213
Imparidade acumulada	(7 478 539)	(4 962 425)
	(7 478 539)	(4 962 425)
	238 144 241	29 977 789

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média mensal de 3,78% e 4,02% respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2022 a composição da carteira de crédito por produto, incluindo os juros a receber, é a seguinte:

Descrição	Crédito	Provisões	Valor Líquido
Angolar Empreendedor	28 583 674	(4 064 509)	24 519 165
Angolar Mulher	323 833	-	323 833
Angolar Protocolo Caixa De Previdência Da Justiça	2 000 569	(687 658)	1 312 911
Angolar Protocolo Epal	47 459 550	(2 577 325)	44 882 225
Angolar Protocolo Júpiter	115 108 896	(149 047)	114 959 850
Angolar Protocolo Protteja	6 109 652	-	6 109 652
Angolar Salário	1 223 370	-	1 223 370
Outros	44 813 234	-	44 813 234
	245 622 780	(7 478 539)	238 144 241

11. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022		
	Valor Bruto	Perda por imparidade	Valor líquido

Outros activos de natureza social ou estatutária

Valores a receber de filiais e associadas (Dividendos a receber)

2 500 000	-	2 500 000
2 500 000	-	2 500 000

Outros activos de natureza cível

Devedores diversos

52 552 240	-	52 552 240
52 552 240	-	52 552 240

Outros activos de natureza administrativa e de comercialização

Adiantamentos e antecipações salariais

5 470 841	-	5 470 841
5 470 841	-	5 470 841
60 523 081	-	60 523 081

Descrição	31-12-2021		
	Valor Bruto	Perda por imparidade	Valor líquido

Outros activos de natureza social ou estatutária

Valores a receber de filiais e associadas (Dividendos a receber)

2 500 000	-	2 500 000
2 500 000	-	2 500 000

Outros activos de natureza cível

Devedores diversos

10 447 812	-	10 447 812
10 447 812	-	10 447 812

Outros activos de natureza administrativa e de comercialização

Adiantamentos e antecipações salariais

5 470 841	-	5 470 841
5 470 841	-	5 470 841
18 418 653	-	18 418 653

13. IMOBILIZAÇÕES

a) Imobilizações Financeiras
(Não Aplicável)

b) Imobilizações Corpóreas

Esta rubrica apresenta o seguinte movimento durante exercício de 2022 e 2021:

Descrição	Saldos em 31-12-2021			Saldos em 31-12-2022		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Imobilizações Corpóreas						
Imóveis de Uso						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	16 455 754	(13 277 696)	3 178 057	106 046	16 561 800	(15 972 385)
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciações Acumuladas						
Total	16 455 754	(13 277 696)	3 178 057	106 046	16 561 800	(15 972 385)

Descrição	Saldos em 31-12-2020			Saldos em 31-12-2021		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Imobilizações Corpóreas						
Imóveis de Uso						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	16 445 354	(7 322 949)	9 122 405	-	16 455 754	(13 277 696)
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciações Acumuladas						
Total	16 445 354	(7 322 949)	9 122 405	-	16 455 754	(13 277 696)

c) Imobilizações Incorpóreas

Descrição	Saldos em 31-12-2021			Saldos em 31-12-2022		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Imobilizações Incorpóreas						
Sistema de tratamento automático de dados (Software)	12 631 404	(7 825 518)	4 805 886	-	12 631 404	(11 562 684)
Gastos de Organização e Expansão	40 040	-	40 040	-	-	-
<i>GoodWill</i>	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	-	-	-
Gastos com Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Outras Imobilizações Incorpóreas	-	-	40 040	40 040	-	40 040
(-) Amortizações Acumuladas						
Total	12 671 444	(7 825 518)	4 845 926	40 040	12 671 444	(11 562 684)

Descrição	Saldos em 31-12-2020			Saldos em 31-12-2021		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Valor bruto	Amortizações acumuladas
Imobilizações Incorpóreas						
Sistema de tratamento automático de dados (Software)	12 671 144	(6 617 932)	6 053 213	-	12 631 404	(7 825 518)
Gastos de Organização e Expansão	-	-	-	-	40 040	-
<i>GoodWill</i>	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	-	-	-
Gastos com Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Outras Imobilizações Incorpóreas	-	-	-	-	-	-
(-) Amortizações Acumuladas						
Total	12 671 144	(6 617 932)	6 053 213	-	12 671 444	(7 825 518)

25. OUTRAS CAPTAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Outras Captações		
Dívidas Subordinadas	-	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-
Outras Captações Contratadas	58 256 648	55 000 000
	58 256 648	55 000 000

Na rubrica outras captações contratadas, inclui um empréstimo de Kz 55 000 000,00 contraído junto do Banco BDA – Banco de Desenvolvimento Angolano, para um período de três (3) anos, com vencimento previsto a 18 de Dezembro de 2023, a uma taxa de 11,81% a.a.

26. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Valor Bruto	31-12-2022 Perda por imparidade	Valor líquido
Outras Obrigações de Natureza Fiscal			
Encargos Fiscais a Pagar - Próprios	2 649 026	-	2 649 026
	2 649 026	-	2 649 026
Outras Obrigações de natureza cível			
Credores por aquisição de Bens e Direitos	-	-	-
Credores Diversos	246 605 162	-	246 605 162
	247 114 415	-	247 114 415
Outras Obrigações de natureza administrativa e de comercialização			
Pessoal - Salários e Outras remunerações	4 749 823	-	4 749 823
Contribuição à Segurança Social	771 457	-	771 457
	5 521 280	-	5 521 280

Descrição	Valor Bruto	31-12-2021 Perda por imparidade	Valor líquido
<u>Outras Obrigações de Natureza Fiscal</u>			
Encargos Fiscais a Pagar - Próprios	1 434 127	-	1 434 127
<u>Outras Obrigações de natureza cível</u>			
Credores por aquisição de Bens e Direitos	544 253	-	544 253
Credores Diversos	65 682 046		65 682 046
	66 226 299	-	66 226 299
<u>Outras Obrigações de natureza administrativa e de comercialização</u>			
Pessoal - Salários e Outras remunerações	1 830 651	-	1 830 651
Contribuição à Segurança Social	361 842	-	361 842
	2 992 493	-	2 992 493
	70 652 919	-	70 652 919

29. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, o capital social da RMARCA é constituído, respectivamente, por Kz 52 500 000 e apresenta a seguinte composição societária:

Descrição	Nº de acções	31-12-2022 Capital Social %	Valor do capital
João Mauro Troso Luís	n.d	50%	26 250 000
Euclides Emanuel Miguel Luís	n.d	50%	26 250 000
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	-	52 500 000	52 500 000
31-12-2021			
Descrição	Nº de acções	Capital Social %	Valor do capital
João Mauro Troso Luís	n.d	50%	26 250 000
Euclides Emanuel Miguel Luís	n.d	50%	26 250 000
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	-	52 500 000	52 500 000

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Capital Social		
Capital Social	52 500 000	52 500 000
Aumentos de Capital Social	-	-
(-) Reduções de Capital Social	-	-
(-) Capital a Realizar	92 500 000	-
Reserva de Actualização Monetária do Capital Social		
Reserva de Actualização Monetária do Capital Social	-	-
Reserva Legal	-	-
Reserva Especial	-	-
Fundo Social	-	-
Outras Reservas	-	-
Outros Fundos	9 048 635	9 048 635
Resultados Transitados		
Lucros ou Prejuízos Transitados	(116 142 923)	(92 345 282)
Resultado Líquido	<u>(1 310 545)</u>	<u>(23 666 152)</u>
	<u>36 595 167</u>	<u>(54 462 798)</u>

Reserva legal

Nos termos da legislação vigente, A RMARCA deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas. Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, não foram verificados valores nesta rubrica devido aos resultados negativos de exercícios económicos anteriores.

MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a margem financeira apresentavam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Proveitos de Instrumentos Financeiros		
Proveitos de Aplicações de Liquidez	-	-
Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Proveitos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Proveitos de Crédito	50 343 687	15 797 170
	50 343 687	15 797 170
(-) Custos de Instrumentos Financeiros		
Custos de Depósitos	-	-
Custos de Captações para Liquidez	-	-
Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Resultados de investimentos ao custo amortizado	-	-
Resultados em outros activos financeiros	-	-
Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-
Custos de Outras Captações	(6 549 815)	(3 238 852)
	(6 549 815)	(3 238 852)
	43 793 872	12 558 318

33. PROVEITOS DE CRÉDITOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Proveitos de Crédito		
Proveitos de Crédito	50 343 687	15 797 170
	50 343 687	15 797 170

40. CUSTOS DE OUTRAS CAPTAÇÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as rubricas apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Custos de Outras Captações		
Custos de Captações com Dívidas Subordinadas	-	-
Custos de Captações com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-
Custos de Outras Captações Contratadas	6 549 815	3 238 852
	6 549 815	3 238 852

43. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Resultados cambiais		
Proveitos de Prestação de Serviços	4 388 283	485 697
	4 388 283	485 697

44. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Provisão para Crédito de Cobrança Duvidosa	2 516 116	4 820 758
Prestação de Garantias		
	2 516 116	4 820 758

47. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações		
Remunerações dos Membros dos órgãos de gestão e fiscalização	-	-
Remunerações dos empregados	23 610 558	9 375 432
	23 610 558	9 375 432

48. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Comunicações	93 242	27 000
Água e Energia	-	-
Transportes, Deslocações e Alojamentos	11 450	-
Publicações, Publicidade e Propaganda	-	-
Segurança, Conservação e Reparação	1 441 717	70 000
Auditórias, Consultorias e Outros Serviços Técnicos Especializados	9 921 977	12 988 597
Seguros	-	-
Alugueres	-	-
Materiais Diversos	782 048	674 920
Outros Fornecimentos de Terceiros	-	-
	12 250 434	13 760 517

49. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre Resultado	243 871	29 589
	243 871	29 589

50. PENALIDADES APLICADAS POR AUTORIDADES REGULADORAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Impostos e Taxas Não Incidentes sobre Resultado	496 500	1 511 837
	496 500	1 511 837

55. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Depreciações e Amortizações	(6 431 858)	(7 162 334)
	(6 431 858)	(7 162 334)

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Imobilizações Corpóreas		
Imóveis ao serviço próprio		
Obras em imóveis arrendados	-	-
Outros imóveis	-	-
Equipamento	59 493	66 250
Mobiliário	-	-
Máquinas e ferramentas	-	-
Equipamento informático	4 082 177	4 545 796
Instalações interiores	-	-
Outro equipamento	69 965	77 911
Outros activos tangíveis	-	-
Imobilizações Incorpóreas		
Despesas de constituição	-	-
Sistemas de tratamento de dados	2 220 224	2 472 378
Outros activos intangíveis	-	-
	6 431 858	7 162 334

60. EVENTOS SUBSEQUENTES

Está em curso o processo de conformação, do aumento de capital da sociedade que terá duas etapas distintas, nomeadamente:

- a) A adequação dos Fundo Próprios Regulamentares, de forma a proceder-se com o ajustamento dos FPR mínimos. Este processo vai culminar com um aumento de aproximadamente kz 92 000 000,00;
- b) Transformação da sociedade, em sociedade por quotas para sociedade anonima, que culminará com um segundo aumento de capital de até Kz 500 000 000,00.

ACTA AVULSA DE CONTAS N° 05/2023

RMARCA - MICROCRÉDITO LDA

Ao Oitavo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e Três, pelas onze horas, reuniu na sala de reuniões do Edifício LGT, em Luanda, Na Rua Direita da Samba, Município da Samba, a Sociedade Rmarca- Microcrédito, Lda., com sede em Luanda, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único sob o n.º 3198-17, com o Número de Identificação Fiscal 5417542822, com Capital Social de Akz. 52.500.000,00 (Cinquenta e Dois Milhões e Quinhentos Mil Kwanzas), estado presentes os sócios **Euclides Emanuel Miguel Luís** com uma quota no valor nominal de Akz. 26.250.000,00 (Vinte e seis Milhões e duzentos e Cinquenta Mil kwanzas representado 50% (cinquenta porcento) das acções e o socio **João Mauro Troso Luís** com uma quota no valor nominal de Akz. 26.250.000,00 (Vinte e seis Milhões e Duzentos e Cinquenta Mil Kwanzas) representa a totalidade do capital social.

Presidiu á reunião o Senhor **João Mauro Troso Luís**, que deu por aberto a Assembleia, tendo sido Secretariada pela senhora Filipa Eliane António Diogo

Encontravam-se presentes e devidamente representados os Sócios e demais órgãos executivos e concordado que a Assembleia Geral assim constituída deliberasse sobre o seguinte:

Ponto Único: Aprovação do relatório e contas findo em trinta de Dezembro de 2022.

Depois de cumpridas todas as formalidades legais e estatutárias, verificando a identidade dos Outorgantes e a respectiva qualidade em que cada um intervém, declarou-se aprovada pelos presentes a agenda de trabalho, passando imediatamente à discussão do **Ponto Único** da agenda de trabalho, foi deliberada e aprovada o seguinte:

As contas da sociedade foram aprovadas com votos favoráveis representativos dos sócios **Euclides Emanuel Miguel Luís** de uma quota no valor nominal de AKZ 26.250.000,00 (vinte e seis Milhões e Duzentos e Cinquenta Mil Kwanzas) o que corresponde a uma percentagem de 50% e representativo do **João Mauro Troso Luís** de uma quota no valor nominal de Akz 26.250.000,00 (Vinte e seis Milhões e Duzentos e Cinquenta Mil Kwanzas) o que corresponde a uma percentagem de 50%.

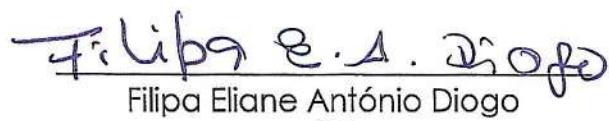
Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, pelas doze horas, dela se lavrando a presente acta, que produz fielmente o sentido da deliberação ali

tomada, e que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes e por mim que a secretariei.

Sócio-Gerente


João Mauro Troso Luís

A Secretária


Filipa Eliane António Diogo

~~Reconheço a assinatura
de
Filipa Eliane António Diogo~~
~~Reconheço a assinatura
de
João Mauro Troso Luís~~
e constilo que foi feita na minha presença e a qualidade em que
intervém, por ser do meu conhecimento pessoal,
tendo poderes para o acto.
Luanda, 01 de Agosto de 2023.

O Adjunto do Cartório Notarial da LSN de KILAMBA KIAXI

contan-09

J.185-00

